

**OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE****A fraude**

O murro era dado por alguém em quem confiava, por membros de uma turma com quem tinha uma relação que considerava exemplar

**José António Moreira**

No término de cada aula o professor é o actor no final do espectáculo. A adrenalina dá lugar ao cansaço, lentamente, como se por vasos comunicantes se permutassem. É a altura de um primeiro balanço, colocando nos pratos da balança os pontos positivos e negativos da sessão, avaliando o que poderia ter sido e não foi, o que aconteceu e não devia ter acontecido. Tendo por companhia as bancadas do anfiteatro, agora vazio e silencioso, sobreveem uma sensação de solidão, agravada ao fim do dia, quando o corpo acusa de forma mais profunda o acumular das horas de leccionação decorridas.

Mais um dia que terminava. À secretária, preencheu o sumário da sessão, arrumou os materiais na pasta, um pouco ao acaso. Era como se a mente impusesse esse pequeno desleixo, procurando abreviar o retorno ao lar e ao descanso. As folhas de presença, com as assinaturas dos alunos pós-graduandos, ficaram para o fim. O habitual, quase como se apor-lhes a rubrica fosse o ponto final que deixava cair o pano sobre a tarefa.

Podia ter sido mais um terminar em “modo automático”, mas não foi. Um olhar, a sensação de que os espaços em branco nas folhas, as ausências, não encaixavam com a contagem das presenças que fizera, mentalmente, a meio da aula. Sobrava uma assinatura. Contou e voltou a contar, o ritmo cardíaco aumentando à medida que os indícios de ter sido enganado eram cada vez mais fortes. Consultou as fotografias dos alunos, olhou as assinaturas, voltou a contar. Não foi difícil reconstituir a situação, incluindo a presença que assinara pela presença que não acontecera.

Doía-lhe ser enganado. Mais ainda quando o murro era dado por alguém em quem confiava, por membros de uma turma com quem tinha uma relação que considerava exemplar. O audi-

tório vazio ainda se tornou mais insuportável, aumentando o desconforto da situação. As folhas de presença na mão, o olhar perdido algures na parede branca do fundo da sala, os pensamentos a aparecerem e desaparecerem como pisca-piscas no meio do nevoeiro. Acima de tudo, a sensação de frustração pelo comportamento não ético dos seus alunos, por ironia pertencentes a um curso que tinha no seu plano curricular um módulo de “Ética na profissão”.

A frustração deu lugar à acção. Convocou de urgência os intervenientes directos no caso. A assunção da responsabilidade, por ambos. A explicação, mais tarde corroborada por fonte externa: o ausente da aula, funcionário do ex-BES, tinha deixado de poder controlar o horário de saída do emprego, na corrida contra o tempo em que se transformou evitar a perda de clientes e a tentativa de recuperar os que entretanto haviam debandado; o colega presente, que lhe cedera a assinatura, cometera a irregularidade por medo que mais uma ausência pudesse levar o colega a reprovar à unidade lectiva. Concor-daram com a penalização a ambos imposta, formularam a promessa de que futuras situações do género seriam apresentadas ao docente para procura conjunta de soluções.

Saíram cabisbaixos. Para trás deixaram ficar naquele a desagradável sensação de que, lá no fundo, eles não haviam percebido que o respectivo comportamento tem um nome feio. A pressão originada por ondas de choque do “caso BES”, e a aplicação prática da relação de amizade e camaradagem existente podiam ser olhadas como atenuantes do que fizeram, mas não retiravam ao ocorrido aquilo que ele era: uma fraude.

Escreve à sexta-feira

Escreve à sexta-feira

**A fraude pode ter atenuantes, mas não deixa de ser fraude****SESSÕES CONTINUAS****LAURO ANTÓNIO****... e justiça para todos**

Num estado democrático ninguém está acima da lei. Mesmo um ex-primeiro-ministro pode ser, e deve ser, detido, se houver grave suspeita de qualquer tipo de crime.

Num estado democrático todos devem ter um tratamento idêntico perante a lei.

Mas será esta a realidade?

Num estado democrático não deve haver filhos e enteados. Não deve haver protegidos pelo poder, seja ele político ou financeiro. É o que se tem verificado em Portugal?

Num estado democrático quem levanta suspeitas de estar envolvido em crimes e fraudes de qualquer tipo deve ser investigado ao pormenor e, se se encontrarem fortes indícios de práticas ilícitas, deverá ser constituído arguido. Não temos dúvidas de que assim se deve proceder num estado democrático, onde direitos e deveres de todos os cidadãos sejam assegurados. É isso que acontece em “todos” os casos que agitam a opinião pública portuguesa? Os casos em que surgiram alguns “poderosos”, como os processos Casa Pia, Vale e Azevedo, Isaltino Morais, Maria de Lurdes Rodrigues, PNP, Submarinos, BES, Vistos Gold, Tecnoforma, conseguem suportar uma análise equidistante? Nuns casos vários arguidos foram acusados e cumprem penas, outros encontram-se em fase de apuramento de responsabilidades. Mas alguns permanecem no limbo da nebulosidade, outros “prescreveram”, e haverá também os que beneficiaram até agora de imunidade conferida por certos cargos políticos. Há mesmo acusados de gravíssimos crimes de sangue que se passeiam pelos restaurantes de Lisboa. Repugnar-nos-ia muito, por exemplo, ver um qualquer ministro do actual governo preso num aeroporto e acusado sem fortes provas e sem nos serem dadas informações cabais da legalidade de todo o processo. A injúria cobarde e o diz-se diz-se nas redes sociais (e, mais grave ainda, nalguma comunicação social) é absolutamente intolerável num Estado de direito. O que nós queremos para Portugal é um Estado de direito. Não uma enxovia em permanente espectáculo mediático.

Isto não tem nada a ver com defender culpados, mas sim com o desejo de ver exercer justiça “justa” com todos os culpados e todos os inocentes. E oferecer dignamente garantias de defesa a todos os acusados. Sejam pobres ou sejam ricos. Até os remediados merecem o mesmo.

Escreve à sexta-feira